

Informações Trimestrais

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

30 de junho de 2016
com relatório de revisão dos auditores independentes

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Informações trimestrais

30 de junho de 2016

Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais.....	1
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado.....	11
Notas explicativas às informações trimestrais.....	12



Building a better
working world

Condomínio Centro Século XXI
R. Visconde de Nacar, 1440
14º Andar - Centro
80410-201 - Curitiba, PR, Brasil

Tel: (5541) 3593-0700
Fax: (5541) 3593-0719
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Administradores e Acionistas da

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Londrina, Paraná

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também a demonstração do valor adicionado – DVA, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão das informações intermediárias comparativas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

As informações contábeis contidas nas informações intermediárias, relativas: i) ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015; ii) às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015; apresentados para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 22 de janeiro de 2016 sem modificações, e relatório de revisão datado de 10 de novembro de 2015, que continha ênfase devido a reapresentação das informações intermediárias em função do reconhecimento contábil de certos instrumentos financeiros não considerados nas informações financeiras intermediárias anteriormente emitidas.

Curitiba, 18 de julho de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015199/O-6 - F - PR



Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP 223.361/O-2

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		2.991	3.202
Aplicações financeiras	4	47.496	41.630
Contas a receber de clientes	5	11.460	12.635
Partes relacionadas	16	7.258	15.783
Instrumentos financeiros derivativos	14	4.821	11.805
Outros créditos		46	38
Despesas antecipadas	6	1.110	609
Total do ativo circulante		<u>75.182</u>	<u>85.702</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	78	68
Depósitos judiciais	12	1.086	1.041
Impostos diferidos	15	19.772	17.501
Intangível	7	331.043	345.523
Total do ativo não circulante		<u>351.979</u>	<u>364.133</u>
Total do Ativo		<u><u>427.161</u></u>	<u><u>449.835</u></u>

	Nota	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	2.381	2.734
Empréstimos	9	14.000	10.000
Debêntures	10	67.265	69.236
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	23	17.134	7.368
Obrigações sociais		2.139	2.280
Obrigações tributárias	11	2.127	3.567
Partes relacionadas	16	1.334	2.892
Outras exigibilidades		670	791
Total do passivo circulante		107.050	98.868
Não circulante			
Debêntures	10	164.110	178.143
Instrumentos financeiros derivativos	14	26.476	24.469
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	23	13.849	17.777
Impostos diferidos	15	43.972	51.018
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	12	644	1.809
Total do passivo não circulante		249.051	273.216
Patrimônio líquido	13		
Capital social		45.200	45.200
Ajustes de avaliação patrimonial		25.862	27.931
Reservas de lucros		4.076	4.076
Reservas de lucros não distribuídos		544	544
Prejuízos acumulados do período		(4.622)	-
Total do patrimônio líquido		71.060	77.751
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		427.161	449.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações dos resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

	Nota	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Receita operacional líquida	18	107.797	99.709
Custo operacional			
Conservação e manutenção rodovias		(26.932)	(22.286)
Custo de construção - ativos da concessão		(11.134)	(12.480)
Operação de rodovias		(10.194)	(9.340)
Pessoal		(2.501)	(2.018)
Seguros e outros		(2.675)	(2.544)
Amortização	7	(25.614)	(22.661)
	20	(79.050)	(71.329)
Lucro bruto		28.747	28.380
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(4.315)	(4.795)
Despesas administrativas		(6.512)	(5.631)
	20	(10.827)	(10.426)
Resultado antes do resultado financeiro		17.920	17.954
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		11.350	3.672
Despesas financeiras		(37.212)	(27.667)
		(25.862)	(23.995)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(7.942)	(6.041)
Imposto de renda e contribuição social	15	(6.029)	(2.383)
Imposto diferido	15	9.318	4.702
		3.289	2.319
Prejuízo do período		(4.653)	(3.722)
Prejuízo básico e diluído por ação - em reais		(0,3421)	(0,2737)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações dos resultados

Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

	Nota	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Receita operacional líquida	18	53.133	50.802
Custo operacional			
Conservação e manutenção rodovias		(14.058)	(11.305)
Custo de construção - ativos da concessão		(5.535)	(8.340)
Operação de rodovias		(5.095)	(4.618)
Pessoal		(1.236)	(1.082)
Seguros e outros		(1.338)	(1.274)
Amortização		(12.416)	(11.091)
	20	<u>(39.678)</u>	<u>(37.710)</u>
Lucro bruto		<u>13.455</u>	<u>13.092</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(2.133)	(2.542)
Despesas administrativas		(3.411)	(3.024)
	20	<u>(5.544)</u>	<u>(5.566)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>7.911</u>	<u>7.526</u>
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		7.823	3.538
Despesas financeiras		(18.967)	(19.120)
		<u>(11.144)</u>	<u>(15.582)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(3.233)</u>	<u>(8.056)</u>
Imposto de renda e contribuição social	15	(3.157)	(60)
Imposto diferido	15	4.920	2.943
		<u>1.763</u>	<u>2.883</u>
Prejuízo do período		<u>(1.470)</u>	<u>(5.173)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - em reais		<u>(0,1081)</u>	<u>(0,3804)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Prejuízo do período	<u>(4.653)</u>	<u>(3.722)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(4.653)</u>	<u>(3.722)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Prejuízo do período	<u>(1.470)</u>	<u>(5.173)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>(1.470)</u></u>	<u><u>(5.173)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro				Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	42.000	31.931	6.464	812	15.541	-	96.748	
Realização da reserva de reavaliação	-	(6.061)	-	-	-	6.061	-	
Realização dos impostos sobre a reavaliação	-	2.061	-	-	-	(2.061)	-	
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(381)	(381)	
Destinação proposta da reserva de lucros								
Aumento de capital	3.200	-	(3.200)	-	-	-	-	
Constituição de reserva	-	-	-	-	544	(544)	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(3.075)	(3.075)	
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(15.541)	-	(15.541)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	45.200	27.931	3.264	812	544	-	77.751	
Realização da reserva de reavaliação	13	-	(3.135)	-	-	-	3.135	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	13	-	1.066	-	-	-	(1.066)	-
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(4.653)	(4.653)
Destinação proposta da reserva de lucros								
Juros sobre capital próprio	13	-	-	-	-	-	(2.038)	(2.038)
Saldos em 30 de junho de 2016	45.200	25.862	3.264	812	544	(4.622)	71.060	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	53.184	19.576
Das operações	53.680	39.888
Resultado do exercício antes dos tributos	(7.942)	(6.041)
Amortização	25.614	22.661
Resultado na baixa do intangível	(13)	-
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.165)	-
Despesas com debêntures	539	1.077
Provisão para manutenção ativos de concessão	3.260	(2.413)
Despesas financeiras manutenção ativos de concessão	2.579	1.659
Juros provisionados	729	7.592
Valor justo debêntures	2.692	-
Perda instrumentos derivativos	11.620	3.787
Marcação a mercado derivativos	(2.630)	(194)
Despesas monetária das debêntures	18.397	11.760
Aumento (redução) em:	9.191	(13.383)
Contas a receber de clientes	1.175	472
Partes relacionadas	8.525	(13.467)
Outros ativos de curto prazo	(509)	(388)
Redução em:	(9.687)	(6.929)
Fornecedores	(353)	194
Partes relacionadas	(1.558)	(3.145)
Obrigações tributárias	(359)	(159)
Imposto de renda e contribuição pagos	(7.110)	(3.141)
Outros passivos de curto prazo	(307)	(678)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(17.041)	(34.842)
Adições ao ativo intangível	(11.134)	(12.480)
Aplicação financeira	(5.876)	(22.305)
Outras atividades de investimento	(31)	(57)
Caixa aplicado (gerado) pelas atividades de financiamentos	(36.354)	13.606
Captação de empréstimos	34.000	24.230
Captação de debêntures	-	241.053
Pagamento de empréstimos (principal)	(30.000)	(145.300)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(729)	(7.592)
Pagamento de debêntures	(18.450)	(76.800)
Pagamento de juros sobre debêntures	(19.137)	(6.055)
Dividendos / JCP pagos	(2.038)	(15.930)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(211)	(1.660)
Saldo anterior de caixa e equivalente de caixa	3.202	5.351
Saldo atual de caixa e equivalente de caixa	2.991	3.691
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(211)	(1.660)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Receitas	116.568	107.653
Venda de serviços	104.486	93.818
Receitas de construção - ativos da concessão	11.134	12.480
Outras receitas	948	1.355
Insumos adquiridos de terceiros	(57.026)	(51.914)
Custo dos serviços prestados	(50.935)	(46.654)
Materiais, energia, serviços e outros	(6.091)	(5.260)
Valor adicionado bruto	59.542	55.739
Retenções	(25.614)	(22.661)
Depreciação, amortização e exaustão	(25.614)	(22.661)
Valor adicionado líquido	33.928	33.078
Valor recebido em transferência	11.350	3.672
Receitas financeiras	11.350	3.672
Valor adicionado total a distribuir	45.278	36.750
Distribuição do valor adicionado:	(45.278)	(36.750)
A - Pessoal e encargos	(6.816)	(6.813)
Remuneração direta	(4.114)	(4.394)
Benefícios	(1.092)	(867)
F.G.T.S.	(217)	(245)
Outros	(1.393)	(1.307)
B - Impostos, taxas e contribuições	(5.481)	(5.624)
Federais	(612)	(1.230)
Municipais	(4.869)	(4.394)
C - Juros e aluguéis	(37.634)	(28.035)
Juros	(25.037)	(22.092)
Aluguéis	(421)	(368)
Outros	(12.176)	(5.575)
D - Remuneração do capital próprio	4.653	3.722
Lucros (prejuízos) retidos	4.653	3.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte” ou “Companhia”) localizada à Rua Seimu Oguido, 242, em Londrina, Paraná, é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas informações financeiras intermediárias ocorreu na reunião de diretoria realizada em 18 de julho de 2016.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, e instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo ou se forem instrumentos financeiros derivativos. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) *Passivos financeiros--Continuação*

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e passivo financeiro quando o valor justo do instrumento for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado.

A Companhia designa swaps de juros como instrumento de hedge para a contabilidade de hedge de valor justo. Para isso no início da relação de hedge a Companhia documenta formalmente a relação de hedge, bem como o objetivo e estratégia de gestão de risco, evidenciando o instrumento de hedge, o objeto de hedge, a natureza do risco coberto, a forma com que a eficácia será avaliada a fim de compensar as oscilações de valor justo do item objeto de hedge.

O Hedge de valor justo é registrado da seguinte forma:

A mudança no valor justo do derivativo instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro assim como o ajuste a valor justo do item objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

A Companhia possui um swap de taxa de juros utilizado para proteger a exposição a variações no valor justo da debenture contratada à taxa de CDI + 1,90 a.a.. Vide Nota 14 para mais detalhes.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subseqüentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O ativo intangível reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 teve como origem o saldo do ativo imobilizado registrado desde o início da concessão, que estava demonstrado ao custo de aquisição, construção, reavaliação espontânea realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2003 e de 31 de outubro de 2007.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4 Intangível--Continuação

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.5 Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Não Cumulativa	7,60%
PIS – Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
PIS – Programa de Integração Social - Não Cumulativa	1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

2.6 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em linha com as IFRS (IAS 07). As demonstrações do valor adicionado, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado--Continuação

A Companhia reclassificou valores constantes na Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes a custos com pessoal e encargos e está rerepresentando os valores comparativos de 30 de junho de 2015:

	<u>Apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Custo dos serviços prestados	(48.671)	2.017	(46.654)
Pessoal e encargos	(4.796)	(2.017)	(6.813)

2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.8 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Provisões--Continuação

Geral--Continuação

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão.

O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

2.10 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos qualificáveis elegíveis.

2.11 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, que podem ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

O IASB divulgou o IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*, que exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, podendo ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos em seus relatórios financeiros atuais.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas--Continuação

- ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*--Continuação**

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros--Continuação

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros e Derivativos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros e dos derivativos apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito, volatilidade e taxas de mercado. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros e dos derivativos.

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Aplicações financeiras

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações financeiras vinculadas		
Certificado de depósito Interfinanceiro (CDI)	47.496	41.630
Títulos de capitalização Ouro Cap. BB	78	68
	<u>47.574</u>	41.698
Ativo circulante	47.496	41.630
Ativo não circulante	<u>78</u>	<u>68</u>

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui um saldo de aplicação financeira junto ao banco Itaú no montante de R\$ 37.347 que está vinculada ao contrato da 3ª emissão de debentures efetuada em Abril de 2015, a qual exige o saldo mínimo em aplicação atrelada ao vencimento das 2 últimas parcelas a serem liquidadas em 15/10/2016 e 15/04/2017.

As aplicações financeiras são remuneradas à 100% do CDI.

5. Contas a receber de clientes

Os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Visanet	1.258	1.175
Dbtrans	137	139
Via Fácil	9.942	11.155
Outras contas a receber	123	166
	<u>11.460</u>	<u>12.635</u>

As contas a receber da Companhia não apresentam montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

6. Despesas antecipadas

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas com seguros a apropriar	795	438
Outras despesas a apropriar	315	171
	<u>1.110</u>	<u>609</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

Custo	Pavimentos	Ampliação capacidade	Computadores e Softwares	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	325.455	253.747	2.103	10.506	8.249	600.060
Aquisições	28.310	2.451	274	2.400	713	34.148
Baixas	-	(3)	(16)	-	(95)	(114)
Transferências	5.303	2.701	-	(9.036)	1.032	-
Saldo em 31/12/2015	359.068	258.896	2.361	3.870	9.899	634.094
Aquisições	7.468	2.294	129	1.177	66	11.134
Baixas	-	-	-	-	(33)	(33)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2016	366.536	261.190	2.490	5.047	9.932	645.195
Amortização						
Saldo em 31/12/2014	(122.518)	(117.305)	(1.094)	-	(3.127)	(244.044)
Amortização	(27.368)	(16.323)	(149)	-	(793)	(44.633)
Baixas	-	3	16	-	87	106
Saldo em 31/12/2015	(149.886)	(133.625)	(1.227)	-	(3.833)	(288.571)
Amortização	(15.783)	(9.293)	(92)	-	(446)	(25.614)
Baixas	-	-	-	-	33	33
Saldo em 30/06/2016	(165.669)	(142.918)	(1.319)	-	(4.246)	(314.152)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2015	209.182	125.271	1.134	3.870	6.066	345.523
Saldo em 30/06/2016	200.867	118.272	1.171	5.047	5.686	331.043

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Departamento de Estradas e Rodagens (D.E.R./PR)	279	279
Polícia Rodoviária Estadual (repasses contratuais)	220	416
Polícia Rodoviária Federal (repasses contratuais)	622	465
Vimaster Ind e Comp de Vidros	-	27
Pedreira ICA	-	25
Stratura Asfaltos	-	89
Pedreira Expressa	-	322
3M do Brasil	-	20
Indutil Industria de Tintas	-	126
Prosegur Brasil	45	45
Master Ambiental	26	-
IME Eletromecânica	21	-
Fiel Vigilância	61	54
Castilho Mineração	-	32
LL Zocco Projetos	-	50
RJ Comercio e Sol. em Redes	14	-
MMZ Projetos e Consultoria	-	38
LL Systems Comunicação	-	110
Maximino Pastorello	132	105
Supergasbrás Energia	86	21
PCS Informática	-	21
Paulinocar Serviços e Peças	20	42
Logomarca Comunicação	75	-
Tutella Laminação Pneus	22	-
Sergio Mecânica	27	-
Dinamarco Advogados	379	-
Aurora Tropical Distribuidora	-	25
Emp Bras de Tec Adm Convênios	48	107
Alugueis	61	73
Outros fornecedores	243	242
	<u>2.381</u>	<u>2.734</u>

9. Empréstimos

	Encargos	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Banco Original	3,9% a.a.+ CDI	-	10.000
Banco Santander	132,5% do CDI	14.000	-
		<u>14.000</u>	<u>10.000</u>
Passivo circulante		<u>14.000</u>	<u>10.000</u>

Os empréstimos contraídos possuem o aval da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Não há covenants ou cláusulas restritivas nos empréstimos vigentes.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2º (segunda) emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 (cento e vinte) debêntures no valor de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada. As debêntures tiveram prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses, com vencimento inicialmente programado para 10 de maio de 2017.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para alongamento do perfil da dívida, recomposição do caixa para uso geral, inclusive a distribuição de dividendos relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, e antecipação de honorários por serviços a serem prestados pela Rio Tibagi.

O cronograma de pagamento das debêntures era de 12 (doze) parcelas semestrais consecutivas, com remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% a.a. (dois inteiros e noventa centésimos por cento ao ano) ("Remuneração"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A Remuneração foi calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. Em 15 de maio de 2015, a Companhia efetuou o pagamento integral destas debêntures, no montante de R\$ 68.289, utilizando os recursos captados com a 3ª emissão de debêntures, conforme descrito abaixo.

Em 09 de abril de 2015, foi aprovada pela CVM a 3º (terceira) emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 24.600 (vinte e quatro mil e seiscentas) debêntures no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada com emissão em 15 de abril de 2015. As debêntures terão um prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, vencendo em 15 de abril de 2020.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para alongamento do perfil da dívida, pagamento de despesas de capital e investimentos em bens de capital, recomposição do caixa para uso geral, liquidação antecipada da 2º emissão das debentures e pagamento de capital de giro junto ao banco Santander e outros credores.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

As remunerações das debêntures serão pagas em 10 (dez) parcelas semestrais consecutiva sendo a primeira paga em 15 de outubro de 2015. O principal das debêntures será pago em 9 (nove) parcelas semestrais consecutivas sendo a primeira paga em 15 de abril de 2016.

As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 1,90% a.a. (dois inteiros e vinte por cento ao ano) ("Remuneração"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

As debêntures têm a seguinte composição e cronograma de vencimento:

Data	% de resgate	Quantidade	30/06/2016	31/12/2015
15/04/2016	7,5%	18.450	-	18.450
15/10/2016	7,5%	18.450	18.450	18.450
15/04/2017	9,0%	22.140	22.140	22.140
15/10/2017	9,0%	22.140	22.140	22.140
15/04/2018	9,8%	23.985	23.985	23.985
15/10/2018	9,8%	23.985	23.985	23.985
15/04/2019	15,5%	38.130	38.130	38.130
15/10/2019	15,5%	38.130	38.130	38.130
15/04/2020	16,5%	40.590	40.590	40.590
	100,0%	246.000	227.550	246.000
Despesas Antecipadas			(3.792)	(4.287)
Provisão de Juros Mensais			7.201	7.942
Valor Justo Debentures			416	(2.276)
			231.375	247.379
Passivo Circulante			67.265	69.236
Passivo Não Circulante			164.110	178.143
			231.375	247.379

As debêntures estão sendo contabilizada a valor justo, pois a exposição de juros foi designada como objeto de hedge para a contabilidade de hedge de valor justo.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas às e Debêntures estão demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3,8 (três inteiro e oitenta centésimos);
- Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,05;

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia deverá manter, durante toda a vigência do contrato os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

A Companhia cumpriu com todos os indicadores (covenants) relacionados aos contratos de debêntures em 30 de junho de 2016.

11. Obrigações tributárias

	30/06/2016	31/12/2015
Imposto de renda	262	991
Contribuição social	91	444
PIS	111	133
COFINS	514	616
ISS	966	1.172
Outros tributos	183	211
Total das obrigações tributárias	2.127	3.567

12. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Econorte está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para riscos são suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 30 de junho de 2016 e dezembro de 2015 a Econorte identificou processos que requerem registro de provisão. Para determinados casos com risco de perdas possíveis foi requerido depósito judicial conforme movimentação abaixo:

	31/12/2015	Adições	Baixas	30/06/2016
Provisão para contingências trabalhistas	(642)	-	-	(642)
Provisões para Honorários Advocatícios	(1.167)	-	1.165	(2)
Saldo total de provisão para contingências	(1.809)	-	1.165	(644)
Depósitos Judiciais	1.041	49	(4)	1.086
	(768)	49	1.161	442

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas--Continuação

A Econorte não constituiu provisões contábeis para os riscos avaliados por seus assessores jurídicos como perdas possíveis. Estes riscos envolvem, substancialmente, questões trabalhistas cujo montante, em 30 de junho de 2016, de R\$ 759 e (R\$ 759 em 31 de dezembro de 2015).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 45.200 em 30 de junho de 2016 e dezembro de 2015, e está representado por um total de 13.600.000 ações ordinárias sem valor nominal assim distribuídas entre os acionistas:

	Número de ações	% de participação
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	13.599.996	99,99
Outros	4	0,01
Total	<u>13.600.000</u>	<u>100,00</u>

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o exercício.

A Companhia reconheceu R\$ 2.038 a título de juros sobre capital próprio (JSCP) durante o primeiro semestre de 2016, referente ao exercício de 2015. O JSCP foi registrado como despesa financeira nos livros contábeis da Companhia e revertido para o patrimônio líquido para fins de apresentação das informações trimestrais.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em 2003 a Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado, tendo registrado reavaliação no valor de R\$ 53.537. Em 31 de outubro de 2007 a Companhia reavaliou novamente seus ativos, adicionando o montante de R\$ 152.666 (R\$ 100.760, líquido dos efeitos tributários), com base em laudo técnico emitido por empresa especializada. Os tributos incidentes foram reconhecidos a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial--Continuação

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão.

d) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 30 de junho de 2016, o saldo da reserva legal monta R\$ 3.264 (R\$ 3.264 em 31 de dezembro de 2015).

e) Reserva estatutária

É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social. Em 30 de junho de 2016, o saldo da reserva estatutária monta R\$ 812 (R\$ 812 em 31 de dezembro de 2015).

f) Retenção de lucros

É efetuado de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados, em cumprimento às deliberações de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2016. A assembleia deliberou sobre o montante que ultrapassar o saldo do capital social, em cumprimento com o previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

14. Instrumentos financeiros

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente a caixa, aplicações financeiras, fornecedores, empréstimos e derivativos.

Sendo que os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Aplicações Financeiras – são classificadas como investimentos mantidos até o vencimento.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

- ii. Empréstimos – são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Para fins de hedge accounting, a debênture que é objeto que hedge, é mensurada a valor justo.

A política de gestão de riscos da Companhia tem como objetivo atrelar aos mesmos indexadores tanto a atualização dos saldos de seus ativos quanto os saldos de seus passivos. Nesse sentido, indexadores diferentes de índices de inflação (IPCA, por exemplo) para atualização de saldos passivos são considerados risco para a Companhia, pois seus ativos são remunerados por índices de inflação.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia mantém um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger a remuneração de juros de CDI + 1,90 a.a. referente à debenture emitida em Abril de 2015. O contrato de swap prevê que a Companhia transfira o risco de CDI + 1,90 a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10 a.a..

O valor nominal contratado foi de R\$ 246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de Abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

A Companhia implementou a contabilização de Hedge de valor justo. Os efeitos da mensuração a valor justo do swap e da debênture estão representados no quadro abaixo. A ineficácia reconhecida apurada na data base da apresentação das demonstrações financeiras foi insignificante.

O instrumento financeiro derivativo e a debênture são mensurados a valor justo a partir de inputs significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo.

A Companhia mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ganho/Perda instrumentos derivativos	<u>(22.206)</u>	(10.585)
Marcação a mercado derivativos	<u>551</u>	(2.079)
Total instrumentos financeiros derivativos	<u>(21.655)</u>	<u>(12.664)</u>
Ativo circulante	<u>4.821</u>	11.805
Passivo não circulante	<u>(26.476)</u>	<u>(24.469)</u>
	<u>(21.655)</u>	<u>(12.664)</u>

Ajuste a valor justo das debêntures

Valor justo das debêntures	<u>(416)</u>	2.276
Total valor justo debêntures (nota 10)	<u>(416)</u>	<u>2.276</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

a) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

b) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente.

c) Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2016, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 01 de julho de 2016 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

Projeção das Receitas Financeiras – 2016

Aplicações
Financeiras

<u>Indexador</u>	<u>Queda de 25% Cenário II</u>	<u>Queda de 50% Cenário I</u>	<u>Base Case Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25% Cenário III</u>	<u>Aumento de 50% Cenário IV</u>
CDI - %	9,94%	6,63%	13,25%	16,56%	19,88%

Projeção das Receitas Financeiras - 2016

	<u>Taxa de Remuneração</u>	<u>Saldo Principal 30/06/2016</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Base Case</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	CDI	47.496	4.721	3.149	6.293	7.865	9.442
TOTAL APLICAÇÕES FINANCEIRAS		47.496	4.721	3.149	6.293	7.865	9.442

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

Projeção das Despesas Financeiras – 2016

Empréstimos e Financiamentos

	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Indexador	Cenário II	Cenário I		Cenário III	Cenário IV
CDI - %	9,94%	6,63%	13,25%	16,56%	19,88%
1,9% a.a	N/A	N/A	1,90%	N/A	N/A
9,1% a.a	N/A	N/A	9,10%	N/A	N/A
32,5% a.a	N/A	N/A	32,50%	N/A	N/A

Projeção das Despesas Financeiras - 2016

	Taxa	Saldo Principal	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
	de Juros	30/06/2016					
CAPITAL DE GIRO							
Debêntures	1,90% a.a + CDI	231.375	27.395	19.736	35.053	42.712	50.393
Derivativos	9,10% a.a + IPCA	21.655	4.123	3.406	4.840	5.557	6.276
EMPRÉSTIMO							
Banco Santander	132,5% do CDI + Juros Flutuante	14.000	5.942	5.478	6.405	6.868	7.333
TOTAL EMPRÉSTIMOS		267.030	37.460	28.620	46.298	55.137	64.002

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Prejuízo antes dos impostos e contribuições	(7.942)	(6.041)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	2.700	2.054
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Juros sobre Capital Próprio	693	464
Adições permanentes, líquidas	(93)	(146)
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	(11)	(53)
Imposto de renda e contribuição social	<u>3.289</u>	<u>2.319</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<u>(6.029)</u>	<u>(2.383)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>9.318</u>	<u>4.702</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Sobre diferenças temporárias provisão para manutenção		
Imposto de renda diferido	7.759	6.299
Contribuição social diferida	2.793	2.268
Sobre instrumentos derivativos		
Imposto de renda diferido	6.619	6.117
Contribuição social diferida	2.382	2.202
Outras provisões temporárias		
Imposto de renda diferido	161	452
Contribuição social diferida	58	163
	<u>19.772</u>	<u>17.501</u>
Passivo		
Sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação		
Imposto de renda diferido	(9.737)	(10.521)
Contribuição social diferida	(3.585)	(3.868)
Sobre diferença de depreciação / amortização		
Imposto de renda diferido	(21.011)	(22.951)
Contribuição social diferida	(7.562)	(8.260)
Sobre instrumentos derivativos / valor justo debentures		
Imposto de renda diferido	(1.101)	(3.520)
Contribuição social diferida	(397)	(1.267)
Sobre apropriação juros empréstimos obras em andamento		
Imposto de renda diferido	(426)	(464)
Contribuição social diferida	(153)	(167)
	<u>(43.972)</u>	<u>(51.018)</u>
	<u>(24.200)</u>	<u>(33.517)</u>

Os impostos diferidos têm expectativa de realização até o final da concessão (2021).

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

As transações de contratação de serviços são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

16.1 Dívidas com pessoas ligadas

Triunfo Participações e Investimento S.A.	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Rateio de custos e despesas Passivo circulante	<u>584</u>	<u>838</u>
	<u>584</u>	<u>838</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas--Continuação

16.2 Transações comerciais

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, acrescido dos reajustes previstos, como segue:

	Passivo		Ativo	Adiantamentos	Valores acumulados nos períodos											
	Curto Prazo	Longo Prazo			Curto Prazo	Longo Prazo	encerrados em 2016 e 2015									
							Contas a pagar a partes relacionadas		a fornecedores ¹		Imobilizado		Conservação		Operação	
C P / L	30/06/2016	31/12/2015	C P / L	30/06/2016	31/12/2015	jun/16	jun/15	jun/16	jun/15	jun/16	jun/15	jun/16	jun/15	jun/15	jun/15	
Rio Tibagi Constr.		-	-	C P	7.258	15.783	2.927	1.305	22.394	24.641	9.850	8.153	91	83		
Triunfo	C P	-	-		-	-	-	126	-	-	-	-	-	-	-	-
Compassa	C P	750	2.054	CP	-	-	6.385	8.902	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		750	2.054		7.258	15.783	9.312	10.333	22.394	24.641	9.850	8.153	91	83		

1) Adiantamento para fornecimento de serviços e obras futuras

Os montantes registrados nas rubricas de conservação, operação e aluguel estão registrados no resultado da Companhia. Tais despesas referem-se à manutenção e conservação das rodovias, assim como despesas inerentes à operação do negócio nas praças de pedágio e demais estruturas.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas--Continuação

16.2 Transações comerciais--Continuação

Contrato com à Rio Tibagi

Em julho de 2001 a Companhia contratou a empresa OSR - Operações e Serviços Rodoviários Ltda., também constituída majoritariamente pelos seus acionistas controladores, que passou, a prestar serviços de conservação de rotina, e atendimento médico e mecânico nas rodovias. Em fevereiro de 2010, passou a se chamar RIO TIBAGI Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda.

Em outubro de 2004, um novo contrato foi firmado, passando a OSR a prestar também serviços de operação de balanças de pesagem. Com o encerramento deste, em julho de 2005 novos contratos foram firmados com a OSR, que além dos serviços já contratados, passou também a prestar serviços de captura de animais, manutenção da faixa de domínio, inspeção de tráfego, contagem de trânsito, gerenciamento da casa do motorista, arrecadação e manutenção dos sistemas de arrecadação.

Em 2016, os contratos de serviços foram renovados. Sobre os saldos vencidos, incidem juros de mora equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Seguem os valores contratuais variáveis (em R\$) – conforme contrato:

Valores contratuais variáveis (em R\$) – conforme contrato:

- a) Apoio ao controle de tráfego - Unidade Veicular: R\$ 32.731,00 por unidade/mês.
- b) Operação do sistema de pesagem em balança fixa/móvel - BR 153 – km 5: R\$ 73.887,00 p/mês e BR 369 – km 10: R\$ 73.887,00 p/mês.
- c) Inspeção de tráfego

Veículo cabine dupla, equipado com asa delta: R\$ 48.396,00 por unidade/mês; Veículo cabine dupla convencional: R\$ 40.851,00 por unidade/mês; Quilometragem acima de 25.000 km/mês para inspeção de tráfego com asa delta: R\$ 1,49/km; Quilometragem acima de 25.000 km/mês para inspeção de tráfego convencional: R\$ 1,09/km. Veículo adicional de inspeção de tráfego: R\$ 1.062,00 por unidade, pela operação de 1 turno de 8 horas.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas--Continuação

16.2 Transações comerciais--Continuação

d) Atendimento mecânico

Guincho reboque para veículos leves: R\$ 39.380,00 por unidade; Guincho reboque para veículos pesados: R\$ 68.711,00 por unidade; Unidade adicional de Guincho mecânico pesado: R\$ 19.687,00 por unidade; Quilometragem acima de 9000 km/mês: R\$ 1,30/km; Quilometragem acima de 3.000 km/mês de veículos pesados: R\$ 1,82/km; Serviços Adicionais: R\$ 65.62 por unidade; Unidade adicional de guincho mecânico: R\$ 1.062,00 por unidade, pela operação de 1 turno de 8 horas.

e) Atendimento médico pré-hospitalar

Ambulância tipo baú: R\$ 98.025,00 por unidade; Ambulância tipo furgão: R\$ 91.712,00 por unidade; Unidade mista resgate /amb.: R\$ 29.215,00 por unidade; Viatura de intervenção rápida: R\$ 106.183,00 por unidade; km acima de 1.500 km/mês: R\$ 2,53 para unidades mistas e R\$ 3,15 para viatura de intervenção rápida; Prestação de serviços e operação adicional: R\$ 1.684,00 /unidade/turno

Os serviços contratados/orçados para 2016 e os respectivos valores executados até 30 de junho de 2016 estão demonstrados, como segue:

	Prazo	Valor orçado	Valor executado
Apoio ao tráfego	2016	393	196
Operação do sistema de pesagem em balança	2016	1.773	887
Serviços de inspeção de tráfego	2016	2.286	1.107
Atendimento mecânico, resgate e reboque	2016	4.367	2.155
Atendimento médico pré-hospitalar	2016	7.444	3.717
Total		<u>16.263</u>	<u>8.062</u>

	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Administração S.A.U.	2016	497	248
Manutenção de viveiro	2016	163	82
Limpeza e conservação	2016	217	109
Recolhimento de animais, caminhão pipa	2016	1.006	503
Manutenção predial	2016	1.693	846
Obras Emergenciais	2016	2.927	2.927
Conservação e manutenção das rodovias	2016	51.147	22.394
Total		<u>57.650</u>	<u>27.109</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas--Continuação

16.2 Transações comerciais--Continuação

Contrato com à Construtora Triunfo S.A. / Compasa do Brasil

Em 31 de julho de 2007 a Companhia contratou a Construtora Triunfo S.A. para prestar serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como para realizar obras previstas no cronograma de investimentos. Em 2013, os contratos foram renovados.

Em fevereiro de 2015 houve o 1º aditivo do contrato entre as partes, no qual a Construtora Triunfo S.A. passou a cessão do contrato vigente, para a Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda., no qual a mesma assumiu toda a responsabilidade do mesmo, dando continuidade nos serviços contratados como descritos no contrato original.

Os serviços contratados/orçados para 2013/2017 e os respectivos valores executados até 30 de junho de 2016 estão demonstrados, como segue:

<u>Serviços contratados</u>	<u>Prazo</u>	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor executado</u>
Prestação de serviços (i) obras de restauração, sistema de drenagem, obras de artes correntes, obras complementares e sinalização; (ii) manutenção de rodovias de acordo com as determinações firmadas pelo poder concedente das rodovias BR 369, BR 153 PR 323, PR 445, e (iii) monitoramento dos pavimentos que compõe o Lote nº 01 do Anel de Integração do Estado do Paraná.	2017	123.609	101.186

17. Remuneração dos administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, as despesas com esses administradores, a qual é formada exclusivamente por pró-labore e gratificação, totalizaram R\$ 979 (R\$ 632 no mesmo período de 2015).

A Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril 2015 aprovou a remuneração dos administradores de até no máximo R\$ 2.310, por exercício. A Companhia não concede nenhum outro benefício a seus administradores, tais como fundos de aposentadoria, remuneração variável ou quaisquer benefícios pós-emprego.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida

	Semestre findo em	
	30/06/2016	30/06/2015
Receitas de arrecadação	104.486	93.818
Receitas de construção - ativos da concessão	11.134	12.480
Receitas acessórias	948	1.355
Receita bruta de serviços	116.568	107.653
Impostos incidentes sobre serviços	(8.771)	(7.944)
Receita líquida	107.797	99.709

19. Resultado financeiro

	Semestre findo em	
	30/06/2016	30/06/2015
Receitas		
Rendimentos de aplicação	2.234	240
Instrumentos derivativos	2.630	-
Valor justo derivativos swap	5.526	194
Outros rendimentos	960	3.238
	11.350	3.672
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(729)	(7.592)
IOF sobre empréstimos	(245)	(944)
Variações monetárias debentures	(18.397)	(11.760)
Despesas sobre manutenção rodovias	(2.579)	(1.659)
Instrumentos derivativos	(11.620)	(3.787)
Valor justo debentures	(2.692)	
Despesas com debentures	(539)	(1.076)
Outros	(411)	(849)
	(37.212)	(27.667)
Total	(25.862)	(23.995)

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Semestre findo em	
	30/06/2016	30/06/2015
Despesas por função		
Custo dos serviços prestados	79.050	71.329
Despesas operacionais	10.827	10.426
	89.877	81.755
Despesas por natureza		
Custo de serviços prestados	37.126	31.626
Custo com pessoal	2.501	2.018
Custo de construção - ativos da concessão	11.134	12.480
Despesas com pessoal	4.315	4.795
Amortizações	25.614	22.661
Gerais e administrativas	6.512	5.631
Outras operacionais	2.675	2.544
	89.877	81.755

21. Litígio na Concessão

Integração do Paraná, vencedora do certame licitatório resultante da concorrência pública internacional, para a outorga de concessão de segmentos rodoviários do Estado do Paraná.

Recentemente, a Econorte em conjunto com o Poder Concedente assinou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (Termo Aditivo n. 272/2014), publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 28.11.2014.

O Termo Aditivo, em síntese, restabelece o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, extinguindo os passivos contratuais existentes desde 2002 (data do último aditivo contratual). Nesse contexto, o aditivo proporciona efeitos transacionais, preventivos e extintivos de litígio, em relação a cada um dos processos existentes que cada parte mantinha, uma frente ou outra, ou seja, reconhece a perda superveniente do interesse de agir em relação aos diversos processos perpetuados pela administração anterior, na busca da redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais, como também nas diversas medidas judiciais apresentadas pela Companhia contra o Governo do Estado do Paraná e/ou frente ao Departamento de Estrada e Rodagem do Paraná.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Litígio na Concessão--Continuação

Em síntese, a Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, busca a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores, reiterando o compromisso e o objetivo de manter incólumes o Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos firmados entre a Econorte e o Estado do Paraná, com a manutenção da integridade do programa de concessão de que é titular.

22. Seguro e garantia

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o DER/PR, tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

Adicionalmente, mantêm coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 30 de junho de 2016, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Nº Apólice	Vigência da Apólice	Valor do prêmio	Valor de cobertura
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A	5 107 750 009 703 000 000	Jan/2016 a dez/2016	351	100.122
ACE Seguradora S.A	17.96.0002864.28	Jan/2016 a jan/2017	428	84.753
ACE Seguradora S.A	17.51.8100170.21	Jan/2016 a jan/2017	444	10.000
ACE Seguradora S.A	17.67.0004894.12	Jan/2016 a jan/2017	21	3.000
				<u>197.875</u>
Limite máximo de indenização: Seção I-Danos patrimoniais				27.786
Limite máximo de indenização: Seção II -Engenharia				3.000
Limite máximo de indenização: Seção III-Perdas de receitas				56.567
Limite máximo de indenização: Seção IV-Responsabilidades				10.000

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos com a concessão

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Em agosto de 2009, houve a deliberação nº 094/2009, do Conselho Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, aprovando os pareceres que instruíram o processo protocolado sob nº 9.895.907-6, que estabeleceu o Plano de Recuperação por Etapa. Em setembro de 2009, a Econorte manifestou a sua concordância ao referido plano de recuperação através do Ofício ECN 117-2009.

Conforme a deliberação, o Programa de Exploração da Rodovia - PER, passou a prever investimentos no montante de R\$ 435.495. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Investimentos previstos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
	14.499	13.349	17.896	14.647	4.518	257.426	322.335

Manutenções previstas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
	7.368	21.865	23.489	14.365	15.684	30.389	113.160

Até 30 de junho de 2016 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.

A Companhia tem provisão referente manutenção das rodovias a ser realizado pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura de acordo com a nota 2.8. Demonstrado abaixo:

	30/06/2016	31/12/2015
Provisão para manutenção - curto prazo	17.134	7.368
Provisão para manutenção - longo prazo	13.849	17.777
	30.983	25.145

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Benefícios a empregados

Previdência privada

O Programa Triunfo Previdência, possui duas modalidades de planos distintas:

PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre e VGBL – Vida Gerador de Benefício Livre

As contribuições são efetuadas através de desconto em folha de pagamento.

Contribuição Básica do Participante

O valor da contribuição corresponderá de 1% a 6% de seu salário base;

Contribuição Básica da Empresa

- O valor da contribuição da parte do Grupo Triunfo corresponderá a 100% da sua contribuição.
- A contribuição do Grupo Triunfo está vinculada à realização da contribuição básica do participante.
- A contribuição do Grupo Triunfo será devida até a data prevista para elegibilidade ao Benefício de Aposentadoria por Idade, da ocorrência da Invalidez Total e Permanente, ou, ainda do término do vínculo empregatício.

No Programa Triunfo previdência, o colaborador tem a liberdade de suspender suas contribuições básicas mensais a qualquer momento. Durante o período de suspensão de suas contribuições básicas, o Grupo Triunfo também suspenderá as contribuições básicas realizadas por ele em seu nome. O seu retorno ao Programa Triunfo Previdência se dará anualmente no mês de aniversário do plano (Janeiro) com ativação no mês subsequente, desde comunicado ao Departamento de Recursos Humanos.

As contribuições básicas dos colaboradores poderão ser resgatadas a qualquer momento, desde que respeitando a carência de 60 dias a partir da data do pagamento da primeira contribuição ao plano e de 60 dias entre as solicitações de resgate.

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Benefícios a empregados		
Treinamentos	7	6
Previdência privada	56	58
	<u>63</u>	<u>64</u>